

# O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar

*Luiza das Mercês SILVA<sup>1</sup>  
Gabriela Reyes ORMENO<sup>2</sup>*

## **Resumo**

Existem diversas formas de manifestação da negligência em relação às meninas/mulheres negras. Contudo, dentro do ambiente escolar, essas ações se apresentam por meio do silenciamento. O presente trabalho tem como objetivo identificar o silenciamento de meninas/mulheres negras enquanto representação da negligência escolar. A metodologia da pesquisa caracteriza-se como do tipo descritiva e aplicada com uma abordagem predominantemente qualitativa. A fim de contribuir com o tema, foi realizado um grupo focal com duas alunas negras do Ensino Médio, do Instituto Federal do Paraná. Como resultado, foi possível, a partir das falas das participantes, comprovar o silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar.

**Palavras-chave:** Escola. Meninas negras. Negligência. Silenciamento.

---

<sup>1</sup> Pedagoga. Universidade Federal do Paraná. 0000-0001-7697-5435.  
E-mail: luizaamercês@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga. Universidade Federal do Paraná. 0000-0003-2803-9436.  
E-mail: gabrielareyes@ufpr.br

# The silence of black girls/women as a representation of school negligence

*Luiza das Mercês SILVA  
Gabriela Reyes ORMENO*

## **Abstract**

There are various forms of neglect towards black girls/women. However, within the school environment, these actions manifest through silencing. This study aims to identify the silencing of Black girls/women as a representation of educational neglect. The research methodology is characterized as descriptive and applied with a predominantly qualitative approach. In order to contribute to the topic, a focus group was conducted with two Black high school students from the Federal Institute of Paraná. As a result, it was possible, based on the participants' statements, to confirm the silencing of Black girls/women as a representation of school neglect

**Keywords:** School. Black girls. Neglect. Silencing.

## **El silencio de las niñas/mujeres negras como representación de la negligencia escolar**

*Luiza das Mercês SILVA  
Gabriela Reyes ORMENO*

### **Resumen**

Hay varias formas de manifestación de negligencia relacionadas a las niñas y mujeres negras. Sin embargo, dentro del ámbito escolar estas acciones se presentan a través del silenciamiento. El presente trabajo tiene el objetivo de identificar el callamiento de las niñas/mujeres negras como una representación de la negligencia escolar. La metodología de la investigación se caracterizó por ser descriptiva y con enfoque predominantemente cualitativo. Para contribuir al motivo de la investigación del presente trabajo, se realizó un grupo focal con dos alumnas negras de secundaria del Instituto Federal de Paraná. Como resultado, partiendo de las declaraciones de las participantes, se comprobó el silenciamiento de las niñas/mujeres negras como representación de la negligencia escolar.

**Palabras clave:** Escuela. Niñas negras. Negligencia. Enmudecimiento.

## Introdução

A sociedade é construída a partir do olhar machista em relação às mulheres, do qual muitas foram e ainda são vítimas da violência psicológica, moral, patrimonial e sexual (BERNARDINO; FERREIRA, 2019). Apesar dos avanços dos movimentos feministas - que surgiram com o intuito de garantir os direitos à igualdade de gênero em múltiplos espaços, formar um novo relacionamento entre homens e mulheres, e para que elas tivessem liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (FERREIRA E OLIVEIRA, 2020) -, o grupo movido por mulheres negras reivindicou o fato de que as mulheres não possuíam a mesma natureza, o que dificultava o compartilhamento das experiências de vida. Deste modo, o movimento interseccional negro conduz um papel de extrema relevância, pois carrega em si a esperança de muitas mulheres negras, que não se veem representadas nos demais grupos sociais.

Historicamente, as mulheres negras são, desde crianças, silenciadas pela sociedade e, quando falam, não são ouvidas. Por isso, precisam gritar e se impor, sendo, conseqüentemente, taxadas como loucas, barraqueiras, histéricas. Diante disso, percebe-se que os agentes públicos necessitam tomar ciência das suas responsabilidades, a fim de compreender os efeitos ocasionados pelo silenciamento das meninas/mulheres negras, seja no mercado de trabalho, onde poucas mulheres negras chegam aos cargos de chefia, ou na educação, pela falta de materiais didáticos que contemplem a história e a cultura negras ou pelo fato de haver poucos professores negros (MACEDO, CARDOSO E ANDRADE, 2019).

Estes fatores reforçam ainda mais a questão da desigualdade entre gênero e raça, conforme corrobora Malpighi, Barreyro, Marigliano e Leopoldo (2020), os quais discorrem que é de suma importância problematizar o espaço da mulher negra, sobretudo, destacar o papel das políticas afirmativas para enfrentamento das desigualdades, reiterando a necessidade de políticas que atinjam a negritude feminina e a estrutura social.

Pensar nestas ações de enfrentamento e diminuir os fatores de risco expostos no dia a dia de muitas mulheres negras é papel, inclusive, das instituições sociais formadoras e dos espaços escolares. Contudo, na realidade, são ambientes que legitimam e reproduzem o silenciamento de meninas negras, seja por conta da falta de representatividade escolar, do baixo número de professores negros e da sua dificuldade de compreender as vivências dessas meninas/mulheres como algo mais desafiador devido à intersecção entre gênero e raça, o que se configura, conseqüentemente, como uma forma de negligência escolar.

Deste modo, se faz necessário que se possibilite um local de escuta, respeito e acolhimento para as meninas/mulheres negras, tanto no meio social como, e especialmente, no meio educacional, a fim de romper com a invisibilidade histórica das narrativas de mulheres negras, bem como as concepções e desafios enfrentados quando tratamos de gênero e raça, tornando-as também peças importantes do jogo.

A fim de contribuir para ampliar as discussões sobre o silenciamento de meninas/mulheres negras, dentro do espaço escolar, como configuração da negligência escolar, considerando a falta de estudos que dão voz para as meninas/mulheres negras, o presente estudo propõe os seguintes objetivos: categorizar quais tipos de negligência escolar estão relacionadas ao racismo; identificar qual a frequência dos tipos de negligência que as meninas/mulheres negras sofrem dentro do ambiente escolar; compreender a percepção da ocorrência de situações de negligência escolar com meninas/mulheres negras pelas próprias meninas/mulheres. Para isto, serão descritas as principais variáveis, tais como a negligência, as vivências, a falta de representatividade e as professoras e professores.

## **A escola enquanto espaço que negligencia a criança negra**

Em todos os espaços, as crianças negras precisam ser protegidas, atendidas e escutadas, contudo, em vez disso, são violentadas e machucadas, tanto física quanto psicologicamente. A falta de políticas públicas voltadas para a população negra é uma realidade histórica no Brasil (FRANCO E SOARES, 2020). Ser criança preta no Brasil significa crescer exposta a maiores riscos de violência, não ser representada, ter a capacidade intelectual questionada e estar inserida em uma sociedade que é estruturalmente racista.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, surgiu como um importante instrumento que visa à proteção integral das crianças e adolescentes brasileiros, estabelecendo garantias de condições adequadas e dignas de desenvolvimento social, mental, moral e físico. O documento coloca as crianças como sujeitos de direitos e, nesse sentido, reforça que os direitos básicos das crianças e adolescentes estão sob a responsabilidade de seus familiares e do Estado.

Contudo, de acordo com Alberto e Silva (2019), a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes está longe de se concretizar. Ainda, para as autoras, quando olhamos para as crianças negras, o caminho é ainda mais longo, uma vez que esse grupo ocupa, principalmente, as regiões mais vulneráveis, é o mais atingido pela baixa qualidade do ensino no país e pela desigualdade de renda, é

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar a principal vítima de homicídios e é maioria no sistema prisional. O direito das crianças de serem crianças é, em realidade, colocado em segundo plano em um país em que a cor, como marcador social, vem primeiro.

Partindo disso, para Acioli e Viana (2020, p.03): “um país, ao não assegurar condições de vida e pleno desenvolvimento para crianças e adolescentes, está investindo no encarceramento e morte dessa parcela da sociedade”. Nesse sentido, Alberto e Silva (2019) discutem que o fato de as políticas públicas não serem efetivadas de maneira igual para todas as crianças, no Brasil, é o que autoriza e justifica a permanência das crianças negras à margem da sociedade.

Assim, o descaso, de acordo com o ECA (1990), acontece quando os responsáveis não promovem as necessidades físicas e emocionais básicas de uma criança ou adolescente. Dessa forma, configura-se na atitude dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir apropriadamente, medicar, educar seus filhos e evitar acidentes. Diante disso, é importante ressaltar a diferença entre negligência e pobreza, visto que, num país com uma estrutura desigual como o Brasil, as duas problemáticas muitas vezes se confundem: “a negligência ocorre independentemente da condição de pobreza, ela resulta de uma dinâmica estabelecida entre vários fatores econômicos, sociais e comunitários, bem como pessoais e, ainda, de déficits de habilidades/comportamentos parentais” (PASSIAN, et al. 2013, p.64).

Partindo disso, Candido et al. (2021) defende que a negligência é uma forma de violência comum no cotidiano de milhares de crianças e isso pode gerar consequências negativas para o seu desenvolvimento em diferentes dimensões. Contudo, apesar da negligência ser um dos principais tipos de violência, é a menos conhecida e com menos apoio (CANDIDO, et al., 2021)

Pensando no ambiente escolar, a negligência ocorre, de acordo com Candido et al (2021, p.2), “quando não são proporcionadas à criança condições para a sua formação intelectual e moral e a permissividade perante hábitos que interferem no desenvolvimento”. Por esse motivo, discutir a respeito de situações nas quais as meninas/mulheres negras não são escutadas, acolhidas e enxergadas dentro do ambiente escolar envolve, também, falar de negligência. Essas formas de negligência são internalizadas e impostas de uma forma que não são reconhecidas como violência. Assim, a negligência escolar com grupos historicamente marginalizado ocorre a partir de uma manipulação sutil pelas classes dominantes, visando invalidar determinadas crenças e comportamentos.

Nas instituições escolares, são maiores as chances de sucesso dos alunos das classes socioeconômicas mais altas, uma vez que suas bagagens culturais e linguísticas são dominantes dentre os sistemas educacionais: as propostas curriculares, as estratégias pedagógicas, as práticas

linguísticas, as relações hierárquicas violentam e excluem os alunos de classes populares, em sua maioria, negros (BORDIEU, 1989).

O espaço escolar, nesse sentido, reflete inúmeras vezes o cenário externo. Assim, a negligência escolar em relação a meninas/mulheres negras pode ser manifestada de forma explícita ou implícita, mas, independentemente, já está enraizada nas relações escolares. Ainda, Candido et al. (2021) aponta a dificuldade, por parte dos professores, em identificar a negligência como forma de violência dentro do espaço escolar, o que corrobora para sua manifestação e dificulta ações de enfrentamento.

Por isso, Carvalho (2022) ressalta que falar sobre o mal-estar escolar envolve a angústia sentida pelas crianças negras em seu percurso escolar e social. Para o autor, conteúdos e interações esvaziados de contribuições positivas estigmatizam o desenvolvimento infantil das crianças negras. “Conseqüentemente, negligenciando toda uma população pertencente a esse grupo, já que o que se concretiza na infância se estabelece também na fase adulta” (CARVALHO, 2022, p.37).

Conforme discutem os autores trazidos, existem diversas formas de manifestação da negligência em relação às meninas/mulheres negras. Contudo, dentro do ambiente escolar, essas ações se apresentam por meio do silenciamento. Ao silenciar uma menina negra, seja pela falta de representatividade, de professores negros dentro da escola ou da legitimação de suas vivências, a escola corrobora para o seu negligenciamento.

## **O silenciamento no contexto escolar e o seu impacto na construção das subjetividades de meninas/mulheres negras.**

Discutir as vivências de meninas/mulheres negras pressupõe falar de estereótipos, sobretudo dos padrões impostos por uma sociedade estruturalmente racista e patriarcal, os quais se referem às análises realizadas, a partir de rótulos ou crenças compartilhadas coletivamente, a respeito de um grupo social específico, visando minimizar os comportamentos e características de alguém (CANDIDO E FERES, 2019).

Essa construção social do papel da mulher, manipulada pelo sistema patriarcal e sexista, acredita que ser mulher é sinônimo de sexo frágil e sensível, e que o seu papel é, unicamente, materno e doméstico (LIMA et al., 2019). Entretanto, ao olharmos para a mulher negra, o racismo surge como outro fator que intensifica a marginalização destas mulheres. Assim, conforme Santos (2020), vivenciam com maior intensidade os preconceitos e discriminações, devido à junção de raça e gênero,

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar ou seja, à interseccionalidade, em que seu corpo como um todo torna-se objeto de ofensas e julgamentos.

O termo “interseccionalidade” permite, portanto, identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. Uma das dificuldades é que mesmo dentro dos movimentos feministas e antirracistas, raça e gênero são vistos como problemas mutuamente exclusivos.

Corroborando com tal ideia, Oliveira e Borba (2019, p.4) discorrem que: “o mito da democracia racial faz com que, mais uma vez, se iguale, no discurso, as opressões sofridas por todas as mulheres. Em países marcados pelo racismo, porém, não adianta combater as desigualdades de gênero sem combater o racismo, sob pena da manutenção das opressões sobre um grupo”.

A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. É um problema duplo: a discriminação em si e a invisibilidade dessa discriminação dentro dos movimentos políticos e das políticas intervencionistas. Assim, a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, e sim com grupos sobrepostos.

A tendência é reconhecer o problema, mas reconhecê-lo como um problema de propriedade da comunidade e não como um problema que afeta mais as mulheres do que a comunidade. Partindo disso, o desafio da interseccionalidade se coloca quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, igual à sofrida pelas mulheres dominantes, sofrendo, assim, discriminações raciais que as brancas frequentemente não experimentam e, desta forma, devem ser protegidas.

Partido disso, cabe trazer que a imagem negra é, historicamente, alvo de discriminação e preconceito. Isso porque tais distorções relacionadas ao corpo da mulher negra encontram-se presentes desde o período da escravidão, no qual eram definidas e tratadas a partir da conotação de “coisa”, tornando-se um objeto para ser utilizado e, ao mesmo tempo, rejeitado (HOOKS, 1981). Deste modo, o olhar machista e racista coloca o corpo feminino negro como hipersexualizado e exótico, a partir de estereótipos como “a cor do pecado”. Ao mesmo tempo, esse corpo “pecaminoso” só é valorizado e olhado quando se torna sinônimo de acessibilidade e disponibilidade. Já a mulher branca, em contrapartida, é vista como sendo bela, delicada e pura (ARRAES, 2014).

Reforçando ainda mais a visão de que a beleza negra é sinônimo de feio, sujo e imperfeito, o cabelo da mulher negra, ao ser visto como “ruim”, enquanto o liso, como o “bom e bonito”,



representa o racismo imposto sobre esse grupo. Por isso, muitas mulheres negras mudam seus cabelos com o intuito de sair de um lugar marginalizado e discriminado (MENDES, 2021).

Vale ressaltar que os impactos quando tratamos de fenótipos, sejam eles a minimização da identidade das meninas/mulheres negras, a reprodução do racismo ou o silenciamento da voz feminina negra, refletem fortemente na trajetória social e pessoal das mulheres negras. Contudo, no período escolar, o processo de negação cultural pode ser intensificado, visto que é nessa fase, principalmente, que a menina está se descobrindo, passando por mudanças hormonais e psicológicas e buscando criar vínculos e identidades. Diante desse processo, são as meninas/mulheres negras que mais sofrem, visto que, além de lidar com as mudanças/descobertas, precisam aprender a lidar com os preconceitos/discriminações sofridos (SANTOS, 2020).

Aprofundando o debate trazido a respeito da interseccionalidade, Akotirene (2013) defende que o conceito é “uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, 2019, p. 63). Diante disso, o olhar deve ir além das múltiplas identidades e, assim, reforçar “como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais posicionadas em avenidas identitária, que farão delas vulneráveis a colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, 2019, p. 63). Assim, o erro está em desconsiderar as múltiplas experiências discriminatórias possíveis vivenciadas pelas mulheres negras, a partir da justaposição das opressões.

Contudo, Akotirene (2019) entende que, assim como acontece com outros conceitos, a interseccionalidade não é capaz de englobar todas as realidades, visto que não busca universalizar experiências, uma vez que o feminismo negro parte da crítica à “mulher universal”.

Dessa forma, torna-se necessário, assim como avalia Oliveira (2020, p. 309), compreender a interseccionalidade como “a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram silenciadas, ou seja, mulheres negras que a partir do tráfico transatlântico tiveram suas falas negadas, pois a branquitude utilizou o discurso como poderoso mecanismo de dominação”.

Devido a isso, o ambiente escolar deveria ser um espaço de acolhimento e proteção. Em vez disso, se torna um local que ignora o racismo e reforça as condutas dos agressores, (SANTOS, 2020). A criança, nesse sentido, conforme corrobora Carvalho (2015), se vê diante de uma situação na qual não possui representações de sua própria cultura nas quais possa se espelhar. Consequentemente, as meninas/mulheres negras são obrigadas a se identificar na cultura de seus colegas brancos, como discorre Malafaia (2018), ao citar que o processo de colocar um corpo negro dentro dos padrões brancos gera dor e confusão na construção e no desenvolvimento dessas meninas/mulheres negras. Ainda, de acordo com o autor, a representatividade é essencial na construção da subjetividade e da

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar identidade negra, sobretudo quando é possível ver seus pares conquistando, a cada dia, mais espaços públicos e privados, sem ter que negar a sua própria cultura.

Nesse sentido, a discriminação e o preconceito vivenciados pelas meninas/mulheres negras, devido à construção social do seu papel e de estereótipos presentes, desde o período da escravidão, legitimam o silenciamento, direto ou indireto, da voz dessas meninas/mulheres, o que acaba por colocá-las cada vez mais à margem da sociedade. O ato de silenciar pressupõe a união de pequenas limitações que são impostas cotidianamente, o que, de acordo com Angela Davis (1981), as coloca na base da pirâmide social. São essas mesmas imposições que as classificam como escandalosas, raivosas e históricas quando tentam trazer suas opiniões. Esse silenciamento, dentro do espaço escolar, ocorre a partir de diferentes situações. A seguir, serão discutidas três delas.

### **Vivências restritas e, ao mesmo tempo, impostas às vidas negras**

Como discutido no tópico anterior, as meninas/mulheres negras passam por um processo precoce de negação e apagamento cultural, visto que o contato com o racismo ocorre muito cedo também. Ao entrarem na escola, entram em contato com uma instituição que silencia sua existência por, entre outros motivos, ignorar toda bagagem social e histórica que é carregada por elas, que as coloca à margem da sociedade em todos os aspectos: gênero, classe e cor.

Atualmente, o contexto brasileiro é composto por uma média de 209,5 milhões de pessoas, sendo que destas 9,4% se autodeclaram como pretos, e 46,8%, como pardos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018). Cabe ressaltar ainda que o Brasil é um país considerado miscigenado e que carrega consigo cicatrizes profundas e marcantes do racismo (PEREIRA; COSTA, 2019). Essas marcas visíveis que acompanham a população negra há mais de 400 anos também a colocam em uma condição de vulnerabilidade social permanente: moradias precárias; ausência de serviços de saneamento básico; falta de subsídios para o sustento familiar; exclusão de cidadãos; falta de representatividade e oportunidades.

Diante disso, o racismo enquanto “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019, p.25), pode ser definido a partir de três concepções. A primeira seria a individualista, pela qual o racismo é visto como uma deficiência patológica, devido a certos preconceitos; a segunda é institucional, na qual determinados grupos raciais possuem maiores vantagens por meio do poder e da dominação; e, por fim, a estrutural, a qual, a partir da normalidade

do racismo presente nas relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas, permite que não exista uma responsabilização individual e coletiva por atos racistas e, assim, de forma naturalizada, legitima a reprodução da desigualdade racial.

Essa última concepção, a partir da negação do racismo, fundamenta o conceito de meritocracia, segundo o qual as pessoas negras que se esforçarem poderão usufruir de direitos iguais aos dos brancos, o que, na realidade, apenas ampliou a desigualdade entre brancos e negros, uma vez que se supõe, equivocadamente, que todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades e, com isso, as políticas antirracistas seriam desnecessárias.

A fim de corroborar com estas afirmações, Barbosa, Gonçalves e Santana (2019) descrevem que a falta dos subsídios citados anteriormente contribui para o enfraquecimento e a fragilidade moral e material do sujeito. Assim, afirmam que a população negra vive em um estado permanente de marginalização, miséria e abandono.

O racismo não se resume apenas a um posicionamento, trata-se, também, de uma ação que se sustenta a partir da hierarquização entre as raças. No período escravista, os negros sofriam com expressões pejorativas diretamente. Com o fim da escravidão, as expressões se tornaram sólidas nos vocabulários brasileiros, praticadas de forma mascarada, porém sempre intensa. O fato de uma grande parcela da população, de forma enraizada, considerá-las como “piadas” permite que judiciário resista em reconhecer casos de racismo considerados, racionalmente, neutros (ALMEIDA, 2019).

Vale ressaltar, também, como corrobora Batista (2018), que o racismo estrutural se relaciona diretamente com as crises existentes no capitalismo, uma vez que estas serviram para adaptar a sociedades às diversas manifestações do racismo, pois o poder e a dominação do grupo dominante destinaram as pessoas negras aos lugares mais marginalizados da sociedade. Nesse sentido, o autor afirma que “racismo e sexismo colocam as pessoas em seu devido lugar, ou seja, nos setores menos privilegiados e mais precarizados da economia” (ALMEIDA, 2019, p.160).

Dessa forma, é evidente o quanto a estrutura social é racista. Em todos os espaços, os negros estão em condição subalternada, seja por violência estrutural, violência cultural e/ou força institucional. O que muda, desde o período da escravidão, são as justificativas. Mas as ações permanecem até hoje.

As consequências de práticas discriminatórias não afetam apenas as gerações presentes. O que chamamos de discriminação intergeracional indica que efeitos da exclusão social podem se reproduzir ao longo do tempo, fazendo com que diferentes gerações de um mesmo grupo sejam afetadas por práticas discriminatórias, o que possibilita a estratificação social, fenômeno que impede a inclusão e

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar a mobilidade de grupos minoritários. Tendo em vista o fato de que esses processos fazem parte do funcionamento das instituições sociais, ele preserva as desigualdades entre os diversos grupos. Dessa forma, o caráter intergeracional da discriminação também decorre da dificuldade de minorias, notoriamente minorias raciais, acumularem e transmitirem patrimônio para as gerações seguintes. Isso impede que as pessoas possam ter acesso a recursos financeiros em momentos cruciais da vida, principalmente naqueles momentos em que as pessoas fazem escolhas importantes sobre a vida educacional e profissional (MOREIRA, 2017).

Esses apontamentos podem ser constatados por meio de informações divulgadas pelo informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, divulgado pelo IBGE (2019), o qual evidencia que a população negra possui menos acesso à renda e piores condições de moradia comparada a pessoas brancas. Sendo assim, são classificadas como pessoas abaixo da linha de pobreza, principalmente por receberem o valor inferior a U\$1,90 ao dia.

Outro aspecto que chama atenção quando analisamos as vivências da população negra é que o único momento em que a população negra encontra-se à frente é quando se trata da baixa escolaridade, visto que possui a maior taxa de analfabetismo, se comparada à taxa entre brancos (CAZUZA; ALCANTARA, 2019).

Corroborando com os dados, Aguilar (2019) traz que o número de pessoas negras que não concluíram seus estudos é alto. Isso pode ser explicado pelas suas condições econômicas, pela falta de acesso às escolas, entre outros aspectos, o que dificulta o ingresso no Ensino Superior e, consecutivamente, em cargos de maior ascendência profissional.

Respalhando as afirmações citadas acima, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018) descreve que a evasão escolar dessa população fica mais perceptível nos anos finais do Ensino Médio, o que pode estar associado: à falta de interesse nos estudos, por não verem a educação como algo com sentido para sua vida; à falta de representatividade no ambiente educacional; à necessidade de ingressar no mundo do trabalho; à falta de incentivo familiar; entre outros.

Outro índice negativo em que a população negra fica em evidência é em relação ao número de vítimas de homicídios. Segundo o Atlas da Violência (2019), a taxa de assassinatos anual da população negra em 2017 passou para 43,4%, enquanto a da população branca foi de 16% naquele mesmo ano. Quando se adiciona o fator gênero, os dados se intensificam, conforme afirma Santos (2019) em seu estudo voltado para a reflexão acerca das diferenças raciais/cor na mortalidade por violência no contexto brasileiro, em que constata que a cor da pele está vigorosamente conectada a

inúmeros indicadores de injustiça social, inserindo, em especial, as estatísticas de mortalidade. Em concordância destes dados, o Atlas da Violência (2019) ilustra que as mulheres negras representam 66% do número total de vítimas de violência letal contra mulheres, assassinadas em sua grande maioria pelos parceiros, dentro das residências e com uso de arma de fogo ou arma branca.

Junto a isso, cabe destacar os dados relacionados à gravidez precoce associada à cor de pele, uma vez que uma análise da organização Gênero e Número, a partir de dados do Sistema de Nascidos Vivos (Sinasc/DataSUS), mostra que, só em 2020, 62,74% das gestações de mães adolescentes eram de jovens negras, diante de 36,52% de gestações de jovens brancas, 0,38% de amarelas e 0,36% de indígenas.

Conforme aponta Costa e Freitas (2021), a ausência de expectativas para o futuro, associada à falta de políticas sociais, de projetos educacionais e profissionais e de imposição de papéis por parte da sociedade, permitem que a maternidade seja um objetivo a ser conquistado. A esses fatores determinantes, as autoras adicionam, ainda, as situações de violência e abuso vivenciadas em casa e a repetições de papéis.

Outro índice em que as meninas/mulheres negras aparecem como destaque é em relação aos casos de estupro. De acordo com estudo realizado pela Rede de Observatórios da Segurança na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a partir de dados do relatório ‘A cor da violência: Uma análise dos homicídios e violência sexual na última década’, as mulheres negras sofreram 73% dos casos de violência sexual registrados no Brasil, enquanto as mulheres brancas foram vítimas em 12,8%, em 2017. Diante disso, Belonia (2019) associa esses dados ao fato das mulheres negras, desde pequenas, serem estereotipadas como “quentes” e naturalmente mais sensuais que a mulher branca. No entanto, essa classificação parte do olhar do homem que, desde o período de escravidão, enxerga o corpo feminino negro como um objeto de acesso público.

“Os desdobramentos da reprodução precoce e a limitação das já escassas oportunidades, vem construindo o fenômeno da feminização da pobreza e fazendo com que milhares de mulheres fiquem presas num ciclo de privações de renda, de educação e de sociabilidade. O que, em uma última análise, transforma-se em uma privação de liberdade, de desenvolvimento e de emancipação feminina no Brasil” (COSTA E FREITAS, 2021, p.7).

Fica evidente, diante disso, que as meninas/mulheres negras não possuem as mesmas condições que as meninas/mulheres brancas para poder ocupar seu espaço na sociedade. A escola naturalizar a invalidação de toda a bagagem trazida, potencializar o silenciamento de suas dores e limitações e descartar a necessidade de políticas públicas que as coloquem em um mesmo patamar é uma forma indireta de maus-tratos que afeta negativamente a vivência de meninas/mulheres negras.

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar

## **A falta de representatividade positiva e seu impacto na vida das meninas/mulheres negras**

Atualmente, quando falamos das lutas emancipatórias, antirracistas e feministas, logo vem à mesa o termo “representatividade”. Essa ideia tem a ver com se sentir representado por alguém ou por um grupo a partir de nossas características, sejam elas físicas, comportamentais ou socioculturais. É por meio dessa ideia que os indivíduos se sentem parte de um grupo, compartilhando experiências, possibilidades, sentimentos e pensamentos (CARNEIRO; RUSSO, 2020).

Por esse motivo, ao pensar no processo educacional, esse é um ponto essencial. O processo de identificação é construído, gradativamente, desde as primeiras relações. Por isso, é de suma importância ter papéis de representação positivos, dentro e fora da família, sobretudo durante o desenvolvimento e a fase escolar (CARNEIRO; RUSSO, 2020).

Entretanto, ao pensar na vida escolar de crianças negras, a falta desse elemento é marcante. Isso é evidente, por exemplo, na falta de professores negros e de livros e materiais que trazem o negro como protagonista, uma referência positiva. Dessa forma, o ambiente escolar perde sua ideia de um local propício para aprendizagens, se tornando um espaço de conflitos e exclusões que são naturalizadas por meio das práticas sociais. Uma dessas práticas é o fortalecimento da influência do padrão europeu. Mediante isso, Souza (2019) traz que a construção de uma identidade negra positiva se torna um processo complexo e solitário para os alunos negros, no qual precisam lutar contra diversos estereótipos, enquanto buscam não anular sua existência e história.

Nesse sentido, como tentativa de mudar esse cenário, foi promulgada, há vinte anos, a Lei nº 10.639/053, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira no currículo da educação básica (SOUZA, 2019). A implementação desta lei representa avanços na efetivação de direitos educacionais e, junto a isso, na superação de discursos e práticas racistas dentro do ambiente escolar. Consequentemente, “implica, também, uma postura estatal de intervenção e construção de uma política educacional que leve em consideração a diversidade e que se contraponha à presença do racismo e de seus efeitos” (JESUS E GOMES, 2013, p. 22).

Contudo, devido à resistência por parte de escola, família e alunos, pautada em uma ideologia racista, a lei não trouxe grandes avanços, como concluem Jesus e Gomes (2013), a partir da pesquisa nacional “Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico Raciais na Escola na Perspectiva de Lei 10.639/2003”, desenvolvida em 2009, com um trabalho de campo com 36 escolas. A partir dos resultados analisados, comprovou-se que: muitas escolas possuem, ainda, poucas práticas coletivas e, consequentemente, envolvem um baixo número de profissionais, o que gera um maior

desinteresse pelas questões étnico-raciais; existe um número considerável de escolas com uma gestão autoritária, com uma relação limitada com o público externo, sem apoio a uma formação continuada e, ainda, com visões políticas e sociais conservadoras de maneira geral; ainda, muitos profissionais possuem um conhecimento reduzido e estereotipado a respeito das relações étnico-raciais e sobre a História da África; além disso, muitas instituições utilizam as datas comemorativas, como o dia 20 de novembro, para a realização de projetos e atividades relacionados à Lei 10.639/2003; por fim, muitas das práticas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas são diretamente relacionadas a um único caráter religioso, o que expressa uma intolerância religiosa, principalmente com as religiões de matriz africana.

Todavia, este dever torna-se um grande desafio dos profissionais da Educação, sobretudo daqueles que não possuem vivências ou formações voltadas às questões étnico-raciais, o que exige que educador passe a ter o conhecimento, bem como fundamentações teóricas capazes de proporcionar em si uma percepção dos sistemas sociais, políticos e econômicos (MARQUES; SILVA, 2020).

Em contrapartida, alguns profissionais desta área argumentam não serem aptos a opinar sobre racismo, por entenderem que não é seu lugar de fala ou, até mesmo, por se sentirem se apropriando de uma cultura que não lhes pertence. Contudo, o racismo atribui um viés de pouca importância se for comparado com sua real magnitude, e por mais que esteja presente em algumas atividades e projetos do PPP (Projeto Político-Pedagógico) das escolas, estas ações geralmente são trabalhadas em datas comemorativas, o que dificulta a efetivação da Lei nº. 10.639. Além disso, atuar dessa maneira não eficiente não gera grandes impactos, o que possibilita avaliar a visão superficial que muitos professores possuem sobre essa temática (SOARES E BERBERINO, 2019).

Outro aspecto a ser discutido está correlacionado ao fato de que, quando a escola tem algum professor negro em seu quadro de funcionários, ela deposita sobre ele toda a responsabilidade de apresentar alguma atividade em datas comemorativas. Esta ação se mostra ineficiente, visto que ainda não corrobora de maneira eficaz para o estudo da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana, pois existe uma defasagem na abordagem, sobretudo na profundidade dos conteúdos, o que leva a uma negligência nessa temática ao longo do ano letivo.

Nessa mesma proporção, quando falamos da invisibilidade negra e seus efeitos na infância, devemos abordar o fato dos contos de fadas, heróis e princesas serem sempre retratados para crianças brancas (CARNEIRO E RUSSO, 2020). Quando as crianças negras veem apenas essa população como personagem principal, enquanto os negros estão de pano de fundo, elas entendem que são

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar apenas esses espaços que podem ocupar. Já quando são expostas a diferentes narrativas, sem estereótipos, em que a população negra é valorizada e sua cultura é exaltada, elas enxergam nelas diferentes possibilidades, nas quais não precisam negar sua ancestralidade.

Desse modo, o papel do professor na escolha destes livros é fundamental. Quanto maior for a diversidade literária e ilustrativa, maior será a qualidade e a quantidade dos conhecimentos adquiridos, além de maiores impactos positivos na vida desses estudantes. Assim, para Souza (2018), a literatura infantil, quando valoriza a cultura afro-brasileira, contribui para a modificação do ideal racista, traz significativos ganhos para todos os envolvidos no contexto educacional e contribui para valorização da composição étnico-racial brasileira.

Diante do que foi dito, a escola, como um meio de influência na vida das crianças, possui responsabilidade na construção da identidade delas. Entretanto, quando se somam o racismo vivenciado nas escolas, a falta de representatividade nos materiais didáticos e no corpo docente e a falta de estratégias efetivas por parte das escolas em combater o racismo, tende-se a aumentar as chances de que essas crianças negras se sintam violentadas, acabem, futuramente, desistindo dos estudos e, conseqüentemente, levando seus filhos pelo mesmo caminho, uma vez que o racismo se tornou intergeracional.

## **Professores/as negros/as e sua influência no aprendizado dos alunos/as negros/as**

Outra vertente necessária a ser discutida é a importância de professores e professoras negros para os alunos não brancos. Perguntas como “Quantos professores e professoras negros tivemos em nossa trajetória escolar?” ou “Que escola que possui um diretor, diretora negro?” são fundamentais nessa análise (IRVINE; VILLEGAS, 2010). Quase que em totalidade, dentro do espaço escolar, os negros são: faxineiros, domésticas, babás, auxiliares ou ocupam cargos não considerados de liderança.

Essa questão envolve o racismo estrutural que está enraizado na sociedade e se articula com a questão da representatividade dos alunos negros e das alunas negras. Nessas escolas, o trabalho de educação antirracista não pode se resumir a trazer crianças negras para dentro do seu espaço. Colocar crianças negras em um espaço violento e racista marcará todo o seu processo educacional de forma negativa.

Em contrapartida, de acordo Irvine e Villegas (2010), os alunos negros costumam ter resultados melhores na escola quando têm professores e professoras negros ao longo de sua trajetória acadêmica. Ainda, os autores corroboram que “professores negros usam o seu conhecimento pessoal



sobre a linguagem, a cultura e as experiências de vida dos alunos negros para melhorar seus resultados acadêmicos e experiências escolares” (IRVINE E VILLEGAS, 2010, p. 185). Nesse sentido, a ideia é que os professores e professoras negros, ao servirem como exemplos positivos, aumentam a autoestima dos alunos, motivando-os a buscar alcançar seu espaço e diminuindo o processo de silenciamento enfrentado por eles diariamente (IRVINE; VILLEGAS, 2010). Com esse papel, os professores e professoras auxiliam os alunos a entender a cultura escolar, a qual, na maioria das vezes, é contraditória e antitética à sua cultura. Ainda, permite que alunos brancos revejam a visão estereotipada a respeito de pessoas negras, sendo uma oportunidade de erradicar mitos sobre a inferioridade racial.

Sotero (2009) traz que, para a população negra, existe um processo de desconstrução de que o serviço braçal e barato é a única forma de sucesso. De acordo com dados divulgados pelo INEP, em 2017, de 400 mil pessoas que davam aulas em universidades tanto públicas quanto privadas no Brasil, somente 16% se autodeclararam como pretas ou pardas. Já em compensação, os professores e professoras que se declaram brancos correspondem a 77% desses profissionais. Outro ponto que chama atenção é o fato de que mais da metade da população brasileira se autodeclara como negra, porém ainda há desigualdade em relação ao ingresso no Ensino Superior. Ao olhar para esses dados, constata-se o quanto é necessário garantir que sejam eficazes as políticas públicas voltadas para o acesso e permanência da população negra em todas as fases educacionais. A partir da análise de dados secundários, possibilitados pela pesquisa conecta, realizada pela Universidade Federal do Paraná, em 2019, constatou-se que, 75% dos(as) trezentos(as) e trinta (330) entrevistados(as) que sofreram alguma forma de discriminação racial dentro do ambiente universitário apontaram esse evento como fundamental para sua decisão de saída da instituição.

Sendo assim, os/as alunos/as negros/as estão mais propícios a enfrentar as maiores dificuldades para permanecer no espaço escolar, os quais, na maioria das vezes, não tomam medidas favoráveis sobre o tema. Os horários de oferecimento das aulas, de funcionamento das bibliotecas, das reuniões dos grupos de pesquisa, das atividades de extensão, tudo isso condiciona, dificulta ou inviabiliza a participação dos/as alunos/as negros/as, que geralmente são pobres e precisam complementar a renda familiar. Cabe mencionar que alguns meios já são utilizados pelo poder público, a fim de garantir essa efetivação do ingresso de negros em universidades, como os programas de cotas e de novas modalidades de ingresso, como Enem e Sisu (SOUZA E SILVA, 2020). Ainda, durante o seu processo de estudos, os alunos negros exigem, cada vez mais, referências negras nas bibliografias, textos, práticas utilizadas pelo seu curso, permitindo discussões e reflexões que são

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar postas como um tabu pela universidade e, ainda, abrindo espaço para que o caminho até a universidade seja mais fácil para os demais.

“Estar e continuar na academia se torna um ato de resistência dia após dia diante dos enfrentamentos contra o racismo dentro deste espaço, reconhecendo que apesar de muitos avanços nas questões das relações étnico-raciais, ainda se tem muito a ser conquistado, pois esse ambiente continua sendo ocupado por uma maioria de homens e mulheres brancas em um país onde mais de 50% da população é negra (PNAD, 2015). Vale ressaltar que as conquistas e avanços no campo da diversidade e relações étnico-raciais, advém de lutas do movimento negro em pró de políticas que buscam a equidade e igualdade em defesa da população negra ao longo da história, dentro e fora do campo educacional” (ROSA, 2019, p.2).

Por fim, de acordo com Carneiro e Russo (2020), quando o ambiente escolar possui dentro do seu quadro de funcionários docentes negros, ele aumenta as probabilidades de um sujeito negro elevar a sua autoestima e contribui para a autoafirmação, a autovalorização e o empoderamento. Ainda conforme os autores, a representatividade racial gerada por essa diversidade proporciona uma identificação positiva para as crianças.

## **Metodologia**

Em articulação com o objetivo da pesquisa, as informações foram obtidas por meio de um grupo focal, ou seja, da exposição oral espontânea dos participantes, a partir de interações e debates sobre o tema em questão, dividido em dois momentos. A pesquisa foi realizada com um grupo de duas alunas negras do Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná.

No primeiro momento, foi apresentado o vídeo “O racismo é perigoso na educação das crianças”, produzido pelo Canal Preto e disponibilizado na plataforma Youtube, o qual discute o processo educacional das crianças negras no Brasil, sendo ainda muito marcado pelo racismo estrutural. O vídeo possui cinco minutos de duração e foi utilizado para introduzir o tema. Ao final do vídeo, foi perguntado às meninas: “Qual a opinião de vocês sobre o que foi relatado no vídeo?”, destacando que o objetivo era ouvir as suas opiniões. Após isso, retomamos que o objetivo da pesquisa é contribuir para discussões mais aprofundadas sobre o silenciamento de meninas/mulheres negras, dentro do espaço escolar, como configuração da negligência escolar.

A partir disso, as alunas foram convidadas a dialogar sobre o que foi apresentado e relacioná-lo com o seu cotidiano. Por meio dessa discussão inicial, seguimos com as conversas do primeiro dia, que teve como objetivo analisar quais tipos de negligência escolar estão relacionados ao racismo e compreender a vivência de situações de negligência escolar com meninas/mulheres negras e a

percepção de sua ocorrência entre estas alunas negras. Para atingir tais objetivos, foram utilizadas as seguintes questões como norteadoras: Quais são os obstáculos que vocês enfrentam dentro do ambiente escolar? Qual é seu sentimento em relação a esse ambiente? Vocês se sentem representadas e valorizadas pelos seus professores, professoras e colegas? Os professores e professoras discutem questões raciais em sala de aula? Com qual frequência? Quantos professores e professoras negros vocês tiveram durante a trajetória acadêmica? Em quais espaços e materiais do colégio vocês encontram representações positivas? Vocês já se sentiram excluídas em algum momento? Se sim, poderiam me dizer o motivo? Qual situação mais marcou sua trajetória acadêmica? Vocês sentem que são valorizadas e ouvidas como suas colegas? O que você mudaria dentro da escola? As perguntas norteadoras são utilizadas visando manter o debate em andamento e guiar a pesquisa.

No segundo momento, a proposta foi trazer os termos “silenciamento” e “negligência”, por meio de uma breve explicação a respeito de suas definições. Para as alunas, foi explicado que se caracteriza como negligência uma forma de violência comum, quando não são proporcionadas à criança condições para a sua formação intelectual e moral e a permissividade perante hábitos que interferem no desenvolvimento. Por sua vez, o silenciamento decorre de toda a discriminação e preconceito vividos pelas meninas/mulheres negras, devido à construção social do seu papel e de estereótipos presentes, desde o período da escravidão, o que legitima o silenciamento, direto ou indireto, da voz dessas meninas/mulheres, colocando-as cada vez mais a margem da sociedade.

A partir do que observaram, do que foi discutido no primeiro encontro e que foi resumido a elas, o objetivo do segundo encontro foi compreender se elas são violentadas e silenciadas dentro da escola e se enxergam essa relação da mesma forma. Para atingir este objetivo, as perguntas norteadoras foram: Você considera que a escola pode ser violenta com as meninas/mulheres negras? Como? Quais são as formas que a sociedade e a escola utilizam para silenciar as meninas/mulheres negras? As meninas/mulheres brancas são silenciadas também? As meninas/mulheres brancas sofrem preconceito como as meninas/mulheres negras? Suas vivências enquanto meninas/mulheres negras são respeitadas e valorizadas nas escolas? Silenciar as meninas/mulheres negras é uma forma de violência?

A fim de subsidiar a interpretação dos dados, foi utilizada dialeticamente a abordagem qualitativa para a categorização e análise das informações e resultados referentes às interações grupais, consoante as etapas e objetivos da pesquisa.

Após as interações em grupo, a interpretação foi feita em três partes. Na primeira, foram analisadas as vivências de situações negligentes com meninas/mulheres negras dentro do ambiente

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar escolar, a partir das discussões trazidas pelas participantes. Na segunda parte, categorizou-se quais tipos de negligência escolar estão relacionadas ao racismo e com qual frequência aparecem. Na terceira fase, comparamos o que foi analisado e categorizado nas primeiras fases com a pesquisa bibliográfica, a fim de analisar o silenciamento de meninas/mulheres negras enquanto representação da negligência escolar relacionada ao racismo.

## **Resultados e discussão**

Considerando o tema da pesquisa, as discussões do grupo focal buscaram dar voz para as alunas participantes, o que permitiu entender o olhar delas acerca das vivências das meninas/mulheres negras no ambiente escolar. Nesse sentido, os resultados serão discutidos abaixo por meio das falas das estudantes, identificadas para a pesquisa como Maya Angelou (1928- 2014) e Toni Morrison (1931-2019), a fim de preservar a identidade das entrevistadas.

Vale, neste momento, fazer uma breve explicação a respeito dos nomes que serão utilizados. Grande poetisa norte-americana e referência para a cultura afrodescendente, Maya Angelou lutou pelos direitos civis e pela igualdade racial, principalmente das mulheres, o que permitiu que ganhasse, merecidamente, durante sua vida cinco prêmios reconhecidos internacionalmente. Toni Morrison, também uma ativista do movimento feminista negro, foi uma escritora, editora e professora norte-americana e a primeira mulher negra vencedora do prêmio Nobel de Literatura, em 1993.

Como introdução, as alunas foram questionadas a respeito da relação/sentimento delas com a instituição escolar. Maya Angelou ressaltou que, quando sente que está com alguma dificuldade no colégio, tende se rebaixar, o que considerou ser uma dificuldade relacionada a sua vida na escolar anterior. Contudo, as duas alunas trouxeram que possuem uma boa relação no momento, principalmente devido à postura dos professores e professoras no atual colégio - não sentem o mesmo distanciamento que percebiam nos colégios anteriores. Ambas afirmaram gostar muito de estudar no IF, pois se sentem acolhidas pelos profissionais e pelos colegas.

Ao abordar os sentimentos relacionados à valorização enquanto mulheres negras, a *Toni Morrison* apontou que tinha poucas colegas negras no seu antigo colégio e, com isso, não sentia que tinha uma amiga que compreendesse suas vivências enquanto uma pessoa negra. Já no IF, ela encontra essas pessoas. Além disso, disse que o lugar em que mais se sente representada no colégio é perto dos alunos negros e com “as tias” (forma que utiliza para chamar o pessoal da limpeza do colégio), pois se sente à vontade com elas.

Nessas falas, as alunas exemplificam a importância da representatividade escolar. Como discutido por Souza (2019), a representatividade possibilita que o aluno enxergue pelo outro uma possibilidade maior de vida e, com isso, construa sua identidade de forma positiva, sem precisar negar suas características e história. Quando *Maya Angelou* comenta que não possuía uma aluna que compreendesse de fato suas vivências, ela reafirma a importância de se identificar com alguém e, ao mesmo tempo, comprova que as vivências entre meninas/mulheres brancas e negras não são as mesmas, evidenciando a necessidade de que estas meninas/mulheres tenham exemplos negros positivos durante sua trajetória escolar.

Ao discutir representatividade, é necessário pensar em estereótipos e padrões. As mulheres negras são, desde pequenas, marginalizadas da sociedade por diversos aspectos, pois, além de serem mulheres, são negras. Especificamente quando se fala das mulheres negras no Brasil, essas imagens têm sido estruturadas no imaginário do povo brasileiro ao longo dos últimos quatro séculos. Isso faz com que, mesmo quando as condições que promovem a imagem desaparecerem, a ideia estereotipada permanece (SILVA, 2021). Diante disso, a cor, o cabelo, o corpo, os traços e até o jeito de agir e falar não são suficientes para que sejam respeitadas e admiradas. Neste diálogo, as entrevistadas indicaram qual aspecto consideram mais urgente em relação às mulheres negras: a *Maya Angelou* comentou que, atualmente, vê que as meninas/mulheres negras estão se aceitando mais, pois estão vendo com um pouco mais de frequência a figura de mulheres negras em outros locais, como em algumas propagandas. Contudo, se ela pudesse mudar alguma coisa hoje seria a erotização do corpo da mulher - mesmo ponto levantado pela *Toni Morrison*.

A partir disso, a *Toni Morrison* trouxe que, apesar de receber incentivo de sua irmã mais velha, ainda está no processo de aceitação de suas características e corpo - não consegue aceitar sua cor e seus detalhes por completo. Por outro lado, a *Maya Angelou* trouxe que, no momento, possui uma relação melhor: sua família sempre a incentivou em relação ao seu corpo e, além disso, acredita que esse processo teve influência no fato de ter crescido em Salvador e, conseqüentemente, perto de muitas pessoas negras que assumem com orgulho sua cor:

*"Gosto de como eu sou no geral e uso as roupas que eu quero"* (ANGELOU, 2 DE DEZEMBRO DE 2022).

Diante dessa diferença de locais, as alunas compararam as suas vivências e concordaram que o contato maior que temos em Curitiba com pessoas brancas intensifica a imposição de padrões, o que dificulta a maior aceitação das pessoas negras e amplia o sentimento de exclusão e de baixa autoestima.

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar

Ainda falando sobre representatividade, é possível trazer a percepção das alunas acerca dos seus professores e professoras. A *Maya Angelou* expôs que alguns professores e professoras trazem constantemente o debate racial para dentro de sala, mas sente falta de ter mais professoras/es e negros/as, pois possuem somente o professor de História.

Em relação a esse ponto, as alunas não se lembram de terem tido professores e professoras negros/negras durante a sua trajetória escolar. Para elas, essa ausência significa que faltam mais oportunidades para as pessoas negras em outras posições, pois enxergam mais pessoas negras somente em cargos como de limpeza e segurança. Em relação ao professor de História citado, elas acreditam que criaram uma maior relação com ele, pois, além de ser um professor divertido, se sentem representadas por ele e gostam que ele traz constantemente o debate racial para dentro da sala de aula.

Ter um exemplo negro no ambiente escolar vai além de aprender sobre as suas raízes e cultura, está relacionado a aspectos pessoais, de autoconfiança e de segurança. Para as alunas, ter, na escola, um local de desenvolvimento e construção de identidade, alguém mais velho para se inspirar, permitiria saber reagir melhor às situações de racismo vivenciadas.

Além do professor de História, compartilharam que a professora de Português também dá abertura para esse debate, como por meio da realização de um trabalho de homenagem às mulheres pretas do IF, atividade lembrada com muito carinho pelas meninas/mulheres. Contudo, vale ressaltar que, das 18 disciplinas que as meninas/mulheres têm, apenas estes dois professores e professoras discutem tais questões. Essa informação vai ao encontro da tese da autora Lucimar Gonçalves (2012), que defende que as discussões de diversidade ou discriminação se restringem aos professores e professoras negros, o que é justificado a partir de três possibilidades diferentes: a própria escola, em muitos casos, atribui esse papel exclusivamente para os professores e professoras negros; em outros casos, há um desinteresse por parte dos demais professores e professoras; ainda, muitos profissionais alegam não saber lidar com tais assuntos, por falta de experiência, de qualificação, ou até mesmo por incapacidade de lidar com a diversidade. “Essa falta de preparo que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida, os objetivos fundamentais de nossa missão, no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã” (MUNANGA, 2008, p. 11).

Durante essa discussão, conversamos sobre a Lei nº 10.639, que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira na grade curricular dos ensinos Fundamental e Médio. Entretanto, conforme dito, mesmo após 20 anos, estudos comprovam que a efetivação do documento é falha. Para Meinerz (2018), os estudos e aulas a respeito da cultura afro-brasileira são limitados a

novembro, na Semana da Consciência Negra. Diante disso, questionei se elas sentiam que era o que acontecia no colégio. Como resposta, Toni Morrison (2 DE DEZEMBRO DE 2022) afirmou: *“realmente, por causa do mês e do dia, as coisas se intensificam mais. Apenas esses dois professores e professoras se importam mais com essas questões para trazer durante o resto do ano. Talvez deveria ter mais coisas, como livros. Nas matérias, eles podiam trazer essas discussões passando alguns livros para a gente ler”*.

Partindo disso, Oniesko e Ferreira (2016) assinalam que os alunos negros necessitam ver-se representados de forma positiva nos livros didáticos e no corpo docente, uma vez que isso pode subsidiar práticas pluralistas e que englobem a diversidade étnico-racial por meio de conteúdo sem preconceitos.

Pensando nas vivências entre meninas/mulheres negras e brancas, a Toni Morrison trouxe a questão do colorismo ao explicar como sente o racismo:

*“Maya Angelou, que possui a pele mais escura, vai sofrer mais racismo do que eu, e comparado com as meninas/mulheres brancas é o mesmo, elas não vivem nada do que a gente vive, elas não sabem como é entrar numa loja e ser seguida ou observada só por ser negra”* (MORRISON, 2 DE DEZEMBRO DE 2022).

Toni Morrison concordou com a resposta da colega e completou dizendo que percebe que as meninas/mulheres brancas possuem vivências melhores que as meninas/mulheres negras - como exemplo, citou: *“sempre vejo as meninas/mulheres negras do IF andando de ônibus e as meninas/mulheres brancas não”* (MORRISON, 2 DE DEZEMBRO DE 2022).

A afirmação da Toni Morrison é justificada pelos dados trazidos anteriormente, os quais apontam que as mulheres negras ocupam as piores taxas de pobreza e moradia, apresentam maior índice de analfabetismo e são as maiores vítimas de homicídio, violência doméstica e sexual. Esses números comprovam que a vivência de uma menina negra é muito mais dificultada pela própria sociedade. Com isso, é inviável desconsiderar que a interseccionalidade entre raça e gênero influencia fortemente a trajetória escolar dessas meninas/mulheres.

A jovem pesquisadora, que também é negra, achou relevante introduzir uma experiência particular que vivenciou na sua época escolar: *“Por muitos, anos eu senti necessidade de ser a melhor da turma, pois, desde pequena, entendi que, para chegar aonde as pessoas brancas podiam, eu precisava me esforçar muito mais. Por isso, como queria conquistar o espaço que só via as pessoas brancas conquistando (fazer faculdade, atingir cargos altos, viajar), sempre me cobrei muito e, desde então, sempre busquei tirar notas altas”* (ANGELOU, 2 DE DEZEMBRO DE 2022). Nesse

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar momento, a Maya Angelou concordou e brincou que nossas experiências são as mesmas. A aluna partilhou que sempre teve a mesma sensação, mas que, no momento, sua maior cobrança é por conta de seus irmãos, pois todos são negros e entraram na universidade logo após o colégio, assim, ela busca a mesma coisa para ela.

Esse ponto corrobora a ideia de Moura (2018, p.540) ao trazer que:

“A partir do racismo e da consequente hierarquia racial construída, ser negra passa a significar assumir uma posição inferior, desqualificada e menor. Já o sexismo atua na desqualificação do feminino”. Percebe-se que nessa luta contra a discriminação, a mulher negra tem precisado empreender esforços ainda maiores que as mulheres brancas, na medida em que é submetida a uma dupla discriminação, oriunda da origem escrava da raça negra na sociedade assim”.

Dessa forma, apesar de já existirem, no papel, políticas públicas e ações afirmativas, como o Estatuto da Igualdade Racial, uma medida governamental que visa reduzir os impactos do racismo estrutural e garante que a população negra possua o mesmo acesso à saúde, ao trabalho, à moradia e à educação, ainda é preciso que outras políticas e ações sejam criadas e efetivadas a fim de alcançar a equidade.

Com essas afirmações, tivemos a possibilidade de responder à seguinte questão: “As vivências de vocês, enquanto meninas/mulheres negras, são de fato valorizadas pelos professores e professoras?”

Para Maya Angelou (2 DE DEZEMBRO DE 2022), depende do professor: “*A professora de Português percebe e valoriza bastante as nossas vivências. Eu acho que, se eu levasse algo para outro professor e falasse abertamente, ele daria atenção, mas não perceberia sozinho*”. Partindo de sua experiência, Toni Morrison acrescentou: “*No meu Ensino Fundamental e até uns dois meses, eu sempre me senti excluída e os professores e professoras nunca fizeram nada. Aqui na escola, depende: para alguns, funciona como a Maya Angelou falou. Mas, por exemplo, a professora de Artes fez uma roda e me deu abertura para falar algumas coisas, e hoje eu já não me sinto mais tão excluída*”.

Pensar sobre as vivências levou à discussão sobre o silenciamento e do racismo estrutural. A respeito desse tema, a Toni Morrison trouxe que, se uma pessoa tivesse, desde pequena, um número maior de professores e professoras negros, seria muito melhor para o seu desenvolvimento, pois entende que só estes professores e professoras de fato compreendem as vivências dos alunos negros - “*Não ter é uma forma de silenciar sim, e vai demorar muito para mudar isso*” (MORRISON, 2 DE DEZEMBRO DE 2022).



Maya Angelou discutiu a respeito da influência negativa para pessoas negras ao verem somente mulheres brancas em imagens de destaque. Para ela, passamos a acreditar que só podemos ocupar os demais espaços, que podemos ser somente zeladoras, por exemplo.

*“Eu sempre tive figuras negras importantes na minha vida e sempre li muitos livros por incentivo da minha mãe, não da escola. Infelizmente, se a criança não tiver isso em casa, não vai ter de outro lugar”* (ANGELOU, 2 DE DEZEMBRO DE 2022).

A partir dessas respostas, fica nítido que as duas meninas/mulheres negras compreendem que a falta de representatividade positiva e de abertura para discussão efetiva de temas raciais são, sim, formas de silenciamento e de manutenção do racismo estrutural.

Finalizando, o debate chegou à negligência escolar. Diante de tal tópico, Toni Morrison afirmou que o racismo começa desde cedo: *“As meninas/mulheres brancas possuem mais amigos, podem ter namorados, e vai desde isso até piadinhas/comentários”* (MORRISON, 2 DE DEZEMBRO DE 2022).

Como resposta, a Maya Angelou trouxe que sempre se sentiu bastante excluída nas escolas pelas meninas/mulheres brancas e não lembra dos professores e professoras fazerem algo a respeito. Ambas as meninas/mulheres consideram tais afirmações como exemplos da negligência escolar, visto que compreendem que a sua cor foi um fator motivador para essas exclusões e que justifica as meninas/mulheres brancas poderem ter certas coisas, enquanto elas não. Diante disso, ao não terem sido protegidas, acolhidas e ouvidas pelas escolas, enxergam terem sido violentadas, uma vez que, inclusive, tais lembranças são traumáticas e influenciaram na construção das suas relações tanto individual, com sua cor e corpo, quanto social.

Como último questionamento, levantamos quais são as possíveis atitudes da escola que desprotegem os alunos negros e que, inclusive, fazem com que desistam de estudar. Com isso, citaram:

*“Não ter mais professores e professoras negros, os temas relacionados às questões raciais serem limitados a novembro”* (ANGELOU, 2 DE DEZEMBRO DE 2022),

*“Falta de materiais que representem a imagem negra de forma positiva, as pessoas negras do colégio serem praticamente todas da limpeza, os professores e professoras ficarem em silêncio ao nos verem sofrendo racismo ou sendo excluídas e reproduzirem os padrões de beleza dentro de sala de aula”* (MORRISON, 2 DE DEZEMBRO DE 2022).

Assim, ao perguntar a elas se, a partir de tudo que conversamos, consideram que a escola pode ser violenta com as alunas negras, responderam diretamente que sim.

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar

Por fim, ao serem questionadas a respeito do que elas fariam hoje para uma menina negra que está com uns 12 anos, entrando na adolescência, Toni Morrison afirmou: *“Confie mais em você e não se compare com outras pessoas, pois cada um tem seu jeito. Para a gente, sempre vai ser mais difícil, mas as coisas vão mudar”* (MORRISON, 2 DE DEZEMBRO DE 2022).

## Considerações Finais

Durante a análise das discussões trazidas pelas alunas negras do Instituto Federal do Paraná acerca da relação entre meninas/mulheres negras com a instituição escolar, foi possível constatar as três principais formas de silenciamento das meninas/mulheres negras pela instituição escolar.

As respostas dialogam com as pesquisas atuais trazidas, as quais discutem o quanto a menina negra, devido à intersecção entre raça e gênero, ainda precisa lutar para ocupar um espaço na sociedade. Com isso, é possível afirmar que o silenciamento de meninas/mulheres negras é uma representação da negligência escolar.

Reafirmando o que foi trazido anteriormente, a negligência escolar se caracteriza quando não são fornecidas à criança assistências fundamentais para o seu desenvolvimento intelectual e moral. A linguagem pejorativa praticada nas escolas fere, machuca e ofende inúmeras crianças negras, uma vez que as palavras e expressões são reproduzidas a fim de propagar o ódio. Nesse sentido, é de suma importância compreender que o racismo não é uma piada nem brincadeira e, por isso, não deve ser deslegitimando. Portanto, quando a gestão escolar não inibe a ocorrência das práticas racistas e não se empenha para desconstruir essas ações, acaba sendo omissa.

Os sofrimentos fomentados pelo racismo e pela vulnerabilidade social potencializam os fatores de risco relacionados ao bem-estar, à saúde mental e ao desempenho escolar de crianças negras, portanto é de suma importância que haja implementação de novas políticas, e que estas sejam significativas para amenizar os impactos do racismo sofridos pelas crianças negras.

Por fim, apesar do número reduzido de estudos que buscam compreender as situações de negligência vivenciadas dentro do ambiente escolar e da percepção dessas alunas acerca do tema e, também, buscam categorizar quais os tipos de negligências escolar estão relacionadas ao racismo, a revisão de literatura feita sobre as meninas/mulheres negras, juntamente com os resultados do grupo focal, permitiram validar o silenciamento de meninas/mulheres negras - seja pela ausência de professores negros, pela falta de representatividade ou devido à deslegitimação de suas vivências enquanto uma menina negra - como uma representação de negligência escolar.

## Referências

ACIOLI, Marcia; VIANA, Dyarley. **O ECA não opera milagres: precisamos superar o racismo.** INESC, Brasília, 22 jul. 2020.

AGUILAR, Taís do Rosário. Mulheres negras e trabalho doméstico: uma análise socioeconômica. 2019. 44 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ARRAES, Jarid. A objetificação e hipersexualização da mulher negra. In: Revista Fórum. 2014. Atlas da Violência no Brasil 2019. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf).>

BARBOSA, Isabelle Ribeiro; GONÇALVES, Ruana Clara Bezerra; SANTANA, Reginaldo Lopes. Mapa da vulnerabilidade social do município de Natal-RN em nível de setor censitário. n1, p. 48-56, 2019.

BATISTA, W. M.. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 4, p. 2581–2589, out. 2018.

BELONIA, Cinthia. Violência contra a mulher negra: do racismo ao estupro. **Revista Crioula**, n. 24, p. 214-221, 2019.

BERNARDINO, Adriana Vasconcelos; FERREIRA, Karine Mageste; LASNEAU, Larissa Primo Pereira. A (des) construção dos padrões normativos de gênero. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 1, p. 56-62, 2019.

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar

BESSA MACHADO LIMA, A.; NUNES DA SILVA, E.; MAINARDI, S.; FERREIRA DA SILVA, S. O espaço da mulher na sociedade: uma reflexão a partir de o Segundo Sexo de Simone de Beauvoir. **Revista AembrA**, [S. l.], v. 1, n. 3, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 311 p.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul.

CÂNDIDO, Joice Luiza Alves; GONTIJO, Daniela; WANDERLEI, Luciane; CALHEIROS, Maria. A negligência contra crianças na perspectiva de professores da Educação Infantil pública e privada. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. 1-17, 2021.

CANDIDO, Marcia Rangel; FERES, João. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, p. 1-14, 2019.

CARNEIRO, Carolina Zolin; DE OLIVEIRA RUSSO, Maria José. A criança negra e a representatividade racial na escola. **Cadernos de Educação**, v. 19, n. 38, p. 105-126, 2020.

CARVALHO, Eliane. A identidade da mulher negra através do cabelo. 2015. 61 p. Monografia (Educação para as Relações Étnico-raciais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CARVALHO, Villiam Silva Gomes de. As subjetividades das jovens negras na escola: uma perspectiva crítica. 2022. 41 p. Monografia (Pedagogia) -Universidade Federal Fluminense/Niterói, Niterói, 2022.

CAZUZA, Cristiane Romualdo; DE ALCANTARA GOUVEIA, Sonia. A escolarização da população negra: uma profunda desigualdade entre brancos e negros. **Episteme Transversalis**, v. 10, n. 2, p. 128-149, 2019.

DA COSTA, Marli Marlene Moraes; DE FREITAS, Maria Victória Pasquoto. A gravidez na adolescência e a feminização da pobreza a partir de recortes de classe, gênero e raça. **Revista Direitos Culturais**, v. 16, n. 40, p. 5-23, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOS ANJOS BORBA, Carolina; DA ROSA, Sanciaray Yarha Silva. NEGRA E ACADÊMICA: A SOLIDÃO NO DIÁLOGO ENTRE PARES NOS ESPAÇOS DE PODER. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 129–145, 2020.

FELISBINO, Eliane; SANTOS, Marcos Rogério dos; LIMA, Silvia Maria Amorim. Percepção dos estudantes que abandonaram a educação superior: olhares diversos para o impacto dos fatores da evasão. *J. Pol. Educ-s*, Curitiba, v. 16, p. 1-18, 2022

FERREIRA, Filipe Martins; DE OLIVEIRA, Conrado Pável. O movimento feminista e a crise da masculinidade: Reflexões a partir da psicologia política. **Cadernos de psicologia**, 1, n. 2, p. 580-600, 2020.

FRANCO, Nanci Helena Rebouças; SOARES, Maria Patricia Figueiredo. “Um jeito negro de ser e viver”:(re) inventando a vida no contexto da pandemia da covid-19—o que dizem as crianças negras e suas mães. **Zero-a-seis**, v. 22, p. 1229-1254, 2020.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, v. 1, n. 47, p. 19-33, 2013.

GONÇALVES, Fabiane Lucimar da Cunha. O papel da escola na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação: a fomentação profissional dos educadores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Presidente Castelo Branco. **Sinpro**. Brasília, 2012.

HOOKS, B. *Ain't I a woman: Black women and feminism*. Nova York/Londres: Routledge, 1981.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. 2020. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

MACEDO, Yuri Miguel; CARDOSO, Monnique Greice Malta; ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. Sistema de cotas no Brasil: as políticas públicas de redistribuição, garantiram a inclusão de negros no ensino superior? **Vivências**, v. 15, n. 28, p. 187-192, 2019.

MALAFAIA, Evelyn. A importância da representatividade negra na construção de identificações em crianças negras a partir de literatura infanto-juvenil negra. In: X COPENE - (Re) Existência Intelectual negra e Ancestral, 2018, Minas Gerais. Livro de Resumos. Franca: ABPN, 2018. v. 10. p. 9-280.

MALPIGHI, Vanessa Cristina da Silva; BARREYRO, Luz; MARIGLIANO, Rilza; LEOPOLDO, Kae. Negritude feminina no Brasil: uma análise com foco na educação superior e nos quadros executivos empresariais. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 20, n. 48, p. 325-338, ago. 2020.

MARQUES, Eugenia Portela Siqueira; DA SILVA, Wilker Solidade. Os desafios epistemológicos e práticos para o enfrentamento do racismo no contexto escolar. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 39, p. 72-90, 2020.

MENDES, Valdelândia. Meu cabelo é resistente e resistência: empoderamento e identidade da mulher negra. Orientador: Prof<sup>ª</sup> Dr. Ana Cecilia Teixeira Gonçalves. 2021. 31 p. Trabalho de conclusão de curso (Letras Português e Espanhol Licenciatura) - A Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26<sup>a</sup> Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MOREIRA, Adilson José. O que é discriminação? Belo Horizonte – MG: Letramento: Casa do Direito: Justificando, 2017.

MOURA, Renan Gomes. "Somos mais sofridas do que marginais": A mulher Negra do Mercado de Trabalho. **Revista Valore**, v. 3, n. 2, p. 539-556, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Os jovens e as jovens são as maiores vítimas da violência na nossa sociedade. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, n. 44, p. 12-14, 2008.

OLIVEIRA, Aline Adriana; DE BORBA, Carolina dos Anjos. A negritude na escola incomoda: etnografia com estudantes negras na formação de docentes. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1559315291\\_ARQUIVO\\_4747f18424a4c052db1ee4aee9c201e1.pdf](https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1559315291_ARQUIVO_4747f18424a4c052db1ee4aee9c201e1.pdf)>.

OLIVEIRA, Jéssica Cristina Alvaro. Interseccionalidade, de Carla Akotirene. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 1, p. 303-309, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; KRUG, Etienne G. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PASIAN, Mara Silvia; FALEIROS, Juliana; BAZON, Marina; LACHARITÉ, Carls. Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. **Pensando famílias**, v. 17, n. 2, p. 61-70, 2013.

PEREIRA, Mariana; COSTA, Larissa Aparecida. Análise crítica do racismo estrutural enquanto mecanismo de controle social dos corpos negros no Brasil. I fórum de direito internacional de direitos humanos, v. 1, n. 01, 2019.

SANTOS, Gessica. A construção da identidade negra e percepções sobre estereótipos e preconceitos por pré-adolescentes das séries finais do ensino fundamental. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-

O silenciamento de meninas/mulheres negras como representação da negligência escolar

Brasileira, Ceará, 2020. Disponível em:

[http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1865/1/2020\\_mono\\_gessicasantos.pdf](http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1865/1/2020_mono_gessicasantos.pdf).

SILVA, Ana Cristina Serafim da; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Fios soltos da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

SANTOS, Kamila Lúcia. Mortalidade por violência: Raça enquanto determinante de desigualdade sociais e fator de risco para mortalidade no Brasil. **Psicologia e intervenções em situações de violência**, p. 51-64. 2019.

SILVA, Valerya Elizabeth Borges. De mucamas a yabás: mulheres negras entre estereótipos e arquétipos. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOARES, N. G; BERBERINO, S. F. O papel dos educadores na desconstrução do racismo em escolas públicas nos anos iniciais: Um estudo feitos em uma escola do Distrito Federal. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em Pedagogia) – Universidade Católica de Brasília. 2019

SOTERO, Edilza Correia. Negros no ensino superior – Trajetória e Expectativa de Estudantes de Administração beneficiados por Políticas de Ação Afirmativa (ProUni e Cotas) em Salvador. Dissertação de Mestrado (Sociologia). São Paulo: USP, 2009.

SOUZA, Flávio Penteado; DA SILVA, Joice Ribeiro. Políticas de Ações Afirmativas-Sistema de Cotas em Mato Grosso: acesso e permanência ao ensino superior. **Questões raciais no Brasil: reflexões contemporâneas sobre ações afirmativas**, p. 27-33, 2022.

SOUZA, Lorena Francisco; SILVA, Priscila Aquila Satiro. espaço escolar, autoestima e corporeidade negra. **Revista Temporis**, v. 19, n. 2, p. 24-24, 2019.

SOUZA, Yanka Maria Rodrigues de. Literatura, identidade e representatividade negra na escola. 2019.

VILLEGAS, Ana Maria; IRVINE, Jacqueline Jordan. Diversifyingtheteaching force: Anexaminationof major arguments. **The Urban Review**, v. 42, n. 3, p. 175-192, 2010.





Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 30/06/2023  
Aprovado em: 22/09/2023